

QUEM VIGIA OS VIGILANTES?

Arbitrariedades, suspensão de direitos e decisões sem precedentes na história nacional parecem fazer parte do cotidiano dos brasileiros. A instabilidade assusta, mas não surpreende, gera receio e angústia, mas parece regra do jogo.

A verdade é que o Brasil vive hoje uma crise institucional sem precedentes em sua história, em que se chega ao ponto de ser difícil entender quem manda no que ou em quem. Hoje, o cidadão comum assiste, impotente, ao desmoronamento da ordem política nacional. Já não se sabe onde terminam as prerrogativas de uma corte e onde começam as funções do parlamento. Quem deve suspender as leis, criá-las, quem deve fiscalizar, vigiar, sancionar e punir membros de determinadas instituições e grupos. Vive-se sob uma forma de anarquia muito interessante: recobra-se respeito às instituições, mas o funcionamento dessas instituições é incompreensível, o que desgasta a legitimidade de várias ordens e decisões, fazendo parecer que o funcionamento regular das instituições pode ser uma injustiça.

Essas fraturas não são obra do acaso, mas o desfecho de um longo e metódico processo de tentativa de neutralizar a política nacional, encabeçado por dois projetos de poder que aparentavam ser rivais, mas que convergiam nesse mesmo objetivo: a estratégia das tesouras. O tucanato esvaziou a tensão política genuína posicionando-se como única oposição possível ao PT, quando na verdade entregava a administração do Estado a tecnocratas subservientes a agendas e burocracias internacionais. Enquanto isso, o petismo aparelhou esta estrutura institucional tecnocrática para implantar um projeto totalitário de aparelhamento estatal. O PT converteu as instituições em uma extensão do seu projeto de poder, em braços do partido, para aniquilar qualquer oposição verdadeira. Juntos, reduziram o debate público a um teatro, baniram o povo da sua condição de grandeza política e as instituições perderam totalmente sua conexão com a vida nacional, chegando a transformar o cidadão em um hospedeiro, um mero pagador de impostos sem voz.

Com a política criminalizada e o Poder Legislativo reduzido a um balcão fisiológico de negócios — em que deputados e senadores podem trocar o seu dever de fiscalização por favores de curto prazo —, os poderes burocráticos da república rapidamente tomaram o lugar dos poderes políticos que tinham legitimidade. Instaurou-se um verdadeiro estado de exceção cotidiano. Sem contrapesos ou limites institucionais, observam-se burocratas não eleitos com poderes que causariam inveja em qualquer monarca absolutista.

O sintoma mais agudo e alarmante deste decisionismo ocorreu quando um ministro determinou, de forma monocrática, mandados de busca e apreensão contra a fonte de um jornalista. O motivo real dessa perseguição foi o vazamento de informações sobre o uso irregular de carros oficiais de um segundo ministro e seus familiares. A Polícia Federal não foi acionada para proteger a sociedade, colocando em xeque o sigilo da fonte — um pilar da liberdade de imprensa.

Mas quem decide o que fere ou não a liberdade de imprensa, e quais órgãos ou instituições podem sancionar quem fere essa liberdade?

Será que novamente é preciso recorrer à sátira para que as elites expliquem sua dinâmica particular, como fez Juvenal que viveu entre o final do século I e início do século II d.C., famoso por suas *Sátiras*, ao perguntar "*Quis custodiet ipsos custodes*"? Quem vigia os vigilantes?

- **A dissolução do equilíbrio entre os poderes** reflete o colapso de uma ordem política que converteu as instituições públicas em instrumentos de exceção e de sufocamento da representatividade popular.
- **A degradação da atividade parlamentar e o avanço de um decisionismo sem contrapesos** consagraram um estado de exceção cotidiano conduzido por burocratas não eleitos.
- **O atropelo das liberdades fundamentais e das garantias da imprensa** expõe a total ausência de limites sobre os detentores do poder, erodindo a própria legitimidade do aparato estatal.

